



**Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.**

**Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.**

## **TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: ANÁLISE DE INDICADORES NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIONAIS**

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES<sup>1</sup>  
GABRIELA MENDES MOREIRA SCHOCAIR<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo objetiva discutir as tendências do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI no contexto da expansão dos serviços sociais e da precarização do mundo do trabalho e do exercício profissional dos assistentes sociais. Metodologicamente recorre a pesquisa bibliográfica através do mapeamento de livros, revistas científicas na área de Serviço Social, teses e dissertações disponíveis na plataforma CAPES. Os resultados apontam para construção de uma “nova cultura do trabalho” e para o “binômio expansão – precarização dos serviços sociais” que impactam nas condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional na entrada do novo século.

**Palavras-chave:** Reestruturação Produtiva; Trabalho, Mercado de trabalho; Serviço Social.

**Abstract:** The article aims to discuss the labor market trends of the Brazilian Social Service at the beginning of the 21st century in the context of the expansion of social services and the precariousness of the world of work and the professional practice of social workers. Methodologically, it uses bibliographic research through the mapping of books, scientific journals in the area of Social Service, theses and dissertations available on the CAPES platform. The results point to the construction of a "new culture of work" and to the "binomial expansion - precariousness of social services" that impact on the objective and subjective conditions of professional work at the beginning of the new century.

**Keywords:** Productive Restructuring, Labor; Labor Market; Social Work.

### **I. INTRODUÇÃO**

O artigo objetiva discutir as tendências do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI a partir do fenômeno de reestruturação produtiva desencadeado no mundo a partir dos anos 1970 e de suas particularidades no contexto brasileiro, especialmente a partir dos anos

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <as.carlosmoraes@gmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense.

1990. Além disso, problematiza na entrada dos anos 2000, o binômio “expansão – precarização” dos serviços sociais que, inclusive, se tornou o terceiro maior campo gerador de postos de trabalho no Brasil.

Se fundamenta na compreensão do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e que os assistentes sociais, enquanto membros da classe trabalhadora, sofrem os rebatimentos das metamorfoses do “mundo” do trabalho no tocante às condições objetivas e subjetivas do exercício profissional.

De forma geral, os estudos produzidos sobre o mercado de trabalho do assistente social brasileiro tendem a reconhecer a dicotomia entre a ampliação dos postos de trabalho do Serviço Social a partir dos processos de descentralização/municipalização das políticas sociais e, conseqüentemente, expansão dos serviços sociais, predominantemente, no início dos anos 2000, articulados neste mesmo movimento, à sua precarização e flexibilização que afetam, inclusive, as condições éticas e técnicas do exercício profissional.

A partir dessa compreensão, verifica-se que embora tenham aumentado substancialmente as ofertas de postos trabalho para o Serviço Social brasileiro na entrada dos anos 2000, a atuação profissional (bem como de outros trabalhadores) tem sido condicionada, por vezes, a excessiva burocracia, intervenções restritas ao trânsito do “aqui e agora”, sobrecarga de atividades e desvalorização do trabalho.

Para a construção destas análises, recorreu-se ao método fundamentado na obra de Marx<sup>3</sup> e, metodologicamente, optou-se pela pesquisa exploratória, de dimensão quanti-qualitativa e de caráter bibliográfico a partir dos seguintes descritores: “reestruturação produtiva, reforma do Estado e das políticas sociais”; “espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e mercado de trabalho”; “profissão e perfil profissional”.

---

<sup>3</sup> Para aprofundar os estudos consultar: NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011, 64 p.

Para tanto, recorreu-se aos livros da biblioteca básica do Serviço Social, a teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas a partir do ano 2000 e disponíveis na Plataforma CAPES, bem como artigos publicados nas principais revistas acadêmico-científicas na área de Serviço Social. São elas: Serviço Social e Sociedade; Katálysis, Temporalis, O social em questão, Sociedade em debate, Ser Social, Serviço Social e Saúde, Em Pauta, Textos e Contextos, Revista de Teoria Política e social, Serviço Social e Realidade.

Identificou-se, a partir do material coletado em pesquisa bibliográfica, baixa produção no Serviço Social brasileiro, como área produtora de conhecimentos, a respeito da temática do mercado de trabalho profissional, demonstrando a relevância de pesquisar e construir análises relativas ao mercado de trabalho do assistente social frente à precarização do trabalho decorrente da ofensiva neoliberal.

Após leitura, fichamento, estudos e debates construídos no Grupo de Pesquisa (UFF/CNPQ), organizou-se o material coletado tendo por critério sua classificação a partir de análises nacionais e indicadores estaduais e regionais, o que contribuiu para sua sistematização e análise no artigo ora proposto.

Diante disso, optou-se por estruturar o artigo da seguinte maneira: I. Introdução; II- Reestruturação Produtiva e reforma do Estado; e III- Mercado de trabalho dos assistentes sociais brasileiros nos anos 2000. Este último item será desdobrado em três seções: III.I. Análises nacionais; III.II. Indicadores estaduais; III.III. Indicadores do Estado do Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Por fim, apresenta-se alguns apontamentos conclusivos.

Diante desta proposta, espera-se contribuir para construção de reflexões que possam gerar futuras produções relativas ao mercado de trabalho profissional na entrada do novo milênio.

## **II. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFORMA DO ESTADO**

---

<sup>4</sup> O destaque para os indicadores deste Estado ocorre em virtude do desenvolvimento de uma proposta de pesquisa por parte dos autores deste estudo, financiada pela FAPERJ (2017-2019) e pelo Programa de Fomento à Pesquisa (FOPESQ/ PROPP/UFF – 2017 - 2018).

Com a chamada “crise do modelo de expansão do capital” (CHESNAIS, 1996), foram desencadeadas, a partir da década de 1970 e como tentativa de respostas a mesma, transformações radicais na complexidade do trabalho em escala global que tem sido denominadas por Harvey (1992) por “Regime de acumulação flexível” e por Antunes (1999) por “processo de reestruturação produtiva”. De imediato, estas respostas expressaram a introdução de novas tecnologias no processo produtivo.

Essas novas tecnologias possuem um papel expressivo ao integrar aceleradamente os mercados, com transformações nos meios de transporte e comunicação, projetando as pessoas para dentro de uma realidade ainda mais globalizada (ARAÚJO, 1997). Entretanto, não existe uma relação de causa – efeito entre globalização e universalização do bem – estar, ou seja, não são todos os membros das sociedades em processo mais desenvolvido de globalização que possuem acesso às novas tecnologias, a melhores condições de trabalho e vida (MORAES, 2009).

No entanto, estas transformações centralizam a necessidade de um perfil de trabalhador polivalente e multifuncional, ao passo que aumenta a desqualificação e contribui para heterogeneização da classe trabalhadora com um expressivo número de sujeitos em condição de desemprego<sup>5</sup>, em situação de informalidade precária ou quando empregados, o são por contratos parciais e temporários que denotam situações de insegurança no trabalho, inclusive entre aqueles contratados por tempo indeterminado. Estes processos também têm contribuído para o aumento do trabalho doméstico, migrante em que tem tido a centralidade de mulheres e crianças (CEOLIN, 2016).

Esse novo arranjo e suas conseqüentes transformações propiciaram a retomada do controle social do capital, a partir da desvalorização da força de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora (MACHADO, 2008), o que tem

---

<sup>5</sup> Na particularidade brasileira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em março de 2018 que a taxa de desocupação é de 13,1% no trimestre encerrado (janeiro – março) e que cresceu 1,3 ponto percentual em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2017 (11,8%) . Esse percentual atual corresponde a 13, 7 milhões de pessoas desempregadas no Brasil.

contribuído para redefinição das relações sociais a partir da década de 1970 (PELEGRINO, 2006).

Essas novas formas flexíveis de gestão/organização do trabalho, produzem modificações que consubstanciam para Harvey (1992) no crescimento econômico e na expansão do setor terciário, tornando o mercado de trabalho mais heterogêneo e precarizado a partir da terceirização e subcontratação (MORAES, 2009).

Nestes processos, há a desproletarização do trabalho industrial e fabril e o crescimento expressivo do assalariamento do setor de serviços. A generalizada subproletarização do trabalho passa a se expressar nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal (CEOLIN, 2016).

Outra característica dessa realidade atual está vinculada a “aceleração do ritmo de vida” que exige do trabalhador competência para administrar um trabalho que invade sua vida familiar e doméstica, inclusive pela introdução de tecnologias que permitem acessá-lo em tempo real, a qualquer dia da semana, em horários variados, havendo uma invasão do trabalho na vida do trabalhador.

Questão nodal em nossas vidas, o trabalho humano contraditoriamente cria e subordina, humaniza e degrada, emancipa e aliena (ANTUNES, 2005) e nestes novos tempos tem sido atrelado ao discurso em defesa da criatividade, da construção de uma postura de liderança por parte do trabalhador e tomada de decisões favoráveis à instituição empregadora como elementos que podem contribuir para manutenção do trabalhador no mercado de trabalho, visto que ao mesmo, é delegada a responsabilidade por sua empregabilidade.

Estas transformações estão alicerçadas em um projeto de sociedade – o neoliberal – que expressa a naturalização do ordenamento capitalista e da desigualdade social, o desmonte dos direitos sociais, que sofrem o falso argumento de que são entraves substanciais ao desenvolvimento econômico e um dos principais causadores da crise fiscal.

Além disso, com o neoliberalismo é difundida a ideia de que o bem estar social pertence ao foro privado dos indivíduos. E, neste movimento, as respostas à questão social têm sido deslocadas da esfera do Estado para a do mercado e da sociedade civil, por meio de um processo que estimula a refilantropização do social, despolitiza a questão social, a desqualifica como questão pública e criminaliza sujeitos e movimentos sociais.

A potencialização do neoliberalismo traz consigo a naturalização do processo de acumulação capitalista e tudo que significa o seu *modus operandi*. A intensificação da desigualdade social em função das transformações do mundo do trabalho e dos desmontes dos direitos sociais é característica marcante do papel que o Estado desempenha frente à sociedade neste contexto.

Na particularidade brasileira, o modelo neoliberal de sociedade intensificou-se, sobretudo a partir da década de 1990 com a estreita relação entre Estado e capital privado e com uma agenda de governo que enfraqueceu o setor público em detrimento do setor empresarial, momento em que ocorre no Brasil intenso movimento de privatização dos serviços, dentre eles a saúde e a educação.

Essa agenda neoliberal redefine o papel do Estado frente às políticas sociais e públicas no âmbito da proteção social. Segundo Guimarães e Rocha (2008, p. 30),

A descentralização, num Estado mínimo pode ser ambígua, pois ao mesmo tempo em que cria as possibilidades de um canal de participação da sociedade civil também pode ser uma forma de ir se ausentando das responsabilidades diante das políticas sociais.

Neste contexto, o Serviço Social sofre os rebatimentos da ofensiva neoliberal e, aos assistentes sociais enquanto trabalhadores que atuam na linha de frente das políticas públicas e sociais, tem sido exigido a construção de um perfil profissional criativo, polivalente, imediatista, desprovido de crítica teórica e política e com ações restritas a avaliações singulares e pontuais, em um contexto em que não lhes são disponibilizadas condições mínimas para o trabalho profissional que, por sinal, tem levado ao seu adoecimento e

restringido sua autonomia, conforme defendida pelo seu atual projeto profissional.

### **III. O MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS NOS ANOS 2000**

#### **III.I. Análises nacionais**

Para iniciar, é válido destacar que o mercado de trabalho dos assistentes sociais brasileiros sofre os impactos das transformações do mundo do trabalho e das relações sociais provenientes do modelo de reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal. Além disso, os dados vinculados à sua ampliação nos anos 2000 são subjacentes a constatação da expansão dos serviços sociais como resultado do processo de descentralização/municipalização das políticas sociais. Ofertas que tem sido resignificadas pela reforma do Estado, fundamentada pelo ideário neoliberal, cujos princípios e diretrizes foram estabelecidos pelo Banco Mundial, o que garante a estas atividades espaços de valorização do capital (HARVEY, 2011), por meio da privatização dos serviços de saúde e educação, além da terceirização. “Agregue-se a estes mecanismos o recurso a formas precárias e flexíveis de contratação de pessoal no âmbito dos governos” (BORGES, 2015, 94).

Sendo assim, apesar da descentralização ter significado abertura do mercado de trabalho, neste mesmo movimento, tem sido exigido dos assistentes sociais adaptação às normas da sociedade flexível, capaz de construir ações fundadas na razão instrumental, restritas ao trânsito do “aqui e agora”, em que os fins justificam os meios.

Além disso, essa “nova cultura do trabalho” vinculada ao mercado de trabalho brasileiro contemporâneo possibilita, no caso dos assistentes sociais, o aumento do duplo ou pluriemprego através de inserção profissional em mais de uma política social, além da extensa jornada de trabalho, da insegurança do trabalho por meio da rotatividade do emprego e da flexibilidade dos contratos de trabalho.

Atrelado a estes processos, assistentes sociais, por vezes, sofrem com os limites de sua atuação profissional frente às chefias autoritárias que buscam o controle do seu trabalho e representam uma ameaça na luta dos/das profissionais por condições éticas e técnicas de trabalho; por melhores salários; valorização do trabalho e diminuição da sobrecarga de trabalho.

Além destes elementos, a ampliação precarizada do mercado de trabalho profissional nos anos 2000 vincula-se a municipalização das políticas sociais e públicas desacompanhada dos recursos necessários a sua plena efetivação, que incide diretamente na construção objetiva do exercício profissional e deixa lacunas na efetividade das ações que envolvem às novas competências exigidas quanto à elaboração, acompanhamento, avaliação e monitoramento dos serviços, programas e projetos a ser desenvolvidos no âmbito de municípios (NEVES, 2016).

Como consequência e atrelado ao processo de refilantropização social, o insuficiente financiamento das políticas sociais também tem incidido sobre os trabalhadores dessa esfera, sobre o atendimento das demandas e o enfrentamento das necessidades sociais dos usuários e contribuem ainda, para um intenso movimento de “onguinização” que também afeta o trabalho profissional (NEVES, 2016).

Diante destes elementos, observa-se que o mercado de trabalho dos assistentes sociais brasileiros na entrada do novo século é dotado de contradições, visto que na medida em que se amplia também se precariza.

### **III.II. Indicadores Estaduais**

Ao realizar pesquisa bibliográfica para a construção deste artigo, identificou-se em revistas científicas na área de Serviço Social, bem como em teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre o tema em estudo, indicadores que podem auxiliar na compreensão da ambígua “ampliação – precarização” dos postos de trabalho dos assistentes sociais na entrada do século XXI.



Para tais análises, serão apresentadas subseções referentes aos indicadores relativos ao mercado de trabalho dos assistentes sociais em diferentes Estados brasileiros, tais como: Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

### III.II.I Dados do Estado de Minas Gerais

No que se refere a Minas Gerais, verificou-se na Plataforma CAPES uma dissertação de mestrado intitulada “O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal: traços do mercado de trabalho em Minas Gerais” sob autoria de Lima (2016). Como metodologia, optou-se por obter os dados através de análises dos editais para concurso e buscou-se “verificar o cargo, área de atuação, número de vagas, requisitos de contratação, regime de contratação, jornada de trabalho, vencimento e atribuições do cargo” (p.127).

Diante disso, o estudo verificou que (p.130):

[...] 368 (89,3 %) destes situam-se na esfera municipal; 17 na esfera estadual (4,1 %) e 27 na esfera federal (6,5 %). E nos editais de processos seletivos, encontramos a seguinte concentração: 133 na esfera municipal (95,6 %), 05 na esfera estadual (3,5 %) e apenas 01 na esfera federal (0,7 %).

Observa-se que no nível municipal situa-se a maior oferta empregadora dos assistentes sociais, indicando as tendências de “interiorização da profissão”. A maior requisição desses profissionais nesta esfera, portanto, pode ser explicada a partir do processo de descentralização das políticas públicas e sociais, que proporcionou a abertura de postos de trabalho para o Serviço Social no interior dos Estados.

No entanto, a ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais através dos processos de municipalização não tem sido acompanhada de recursos necessários para as condições éticas e técnicas do trabalho profissional, demonstrando intensa precarização do trabalho nestes espaços.

Ainda a partir dos editais de concurso e processos seletivos simplificados, quanto à área de atuação dos assistentes sociais, verificou-se que a Assistência Social é a área que mais demandou emprego (48%). Para tais

análises considera-se a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que exigiu “obrigatoriedade dos assistentes sociais na composição das equipes interdisciplinares da proteção social básica e da proteção social de média complexidade” (LIMA, 2016, p. 132), aumentando a oferta de trabalho neste espaço sócio ocupacional.

Na área da saúde foi observada uma absorção dos assistentes sociais de 11%, distribuídos entre o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e os hospitais, cuja abertura do mercado de trabalho se dá, sobretudo, com o reconhecimento do assistente social como profissional de saúde através da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 218/1997 e do Conselho Federal de Serviço Social nº 383/1999.

Além disso, foi observado que 31% dos editais não especificam a área de atuação, “demonstrando ser mais um indicador de precarização do trabalho” (p. 133).

Isso imprime ao assistente social a condição de profissional polivalente uma vez que o número reduzido de contratações para as atividades faz com que os assistentes sociais empregados atuem em mais de um espaço profissional e em mais de uma política, acumulando, portanto, uma grande variedade de demandas (LIMA, 2016, p.133).

Quanto aos vínculos de trabalho, observou-se que dos 412 editais de concursos públicos analisados, 327 vínculos eram estatutários; 25 vínculos Consolidação das Leis do Trabalho e 60 não especificaram.

Além disso, foi observado que dos 139 editais de processos seletivos simplificados,

52 editais especificam o vínculo como contrato administrativo, sendo por tempo determinado, variando de 06 meses a 02 anos; 44 especificam que a contratação se dará por vínculo estatutário, conforme o regime jurídico adotado pelo município; 10 vínculos celetistas e 33 não especificam (LIMA, 2016, p. 135).

Estes dados apontam para uma multiplicidade dos vínculos de trabalho que, sobretudo os não estatutários, não garantem segurança no trabalho,

processo em que a rotatividade do emprego “interfere na qualidade dos serviços prestados e no desgaste profissional, já que estes, mesmo inseridos no mercado de trabalho, continuam em busca de melhores oportunidades” (LIMA, 2016, p. 135).

No tocante à carga horária, houve destaque para 40 horas de trabalho semanais, seguida de 30 a 39 horas e 20 a 29 horas. Observou-se neste estudo que, 28% dos editais de concursos públicos analisados e dos processos seletivos simplificados ofertam uma jornada de trabalho superior a 30 horas semanais, contradizendo a Lei nº 12.317/2010 que reduz a carga horária de trabalho semanal do assistente social para, no máximo, 30 horas.

Além disso, as ofertas de emprego que requisitam entre 20 e 30 horas de trabalho semanais, foram apontadas como motivo de preocupação dos assistentes sociais, pois muitas vezes, vem acompanhadas de baixa remuneração, fazendo com que os profissionais procurem outros vínculos para complementar a renda. Esse elemento caracteriza o duplo ou pluriemprego, interfere na qualidade dos serviços e pode levar “ao adoecimento, estresse e desmotivação do profissional” (LIMA, 2016, p. 138).

### III.II.II. Dados dos Estados de Santa Catarina e Espírito Santo

A referência dos dados a seguir está pautada em estudo realizado nestes Estados nos anos de 2007 no Espírito Santo e 2011 em Santa Catarina. A pesquisa foi desenvolvida pelas autoras Santos e Manfroi e, parte dela, foi publicada na Revista Em Pauta no ano de 2015. Além disso, contou com a participação de 175 assistentes sociais na grande Florianópolis e 202 na grande Vitória/ES. Além dos dados divulgados no artigo mencionado, obteve-se acesso ao relatório da pesquisa de Santa Catarina apresentado pelas autoras ao CNPQ no ano de 2011.

Os dados gerais indicam que em Santa Catarina 73% dos assistentes sociais responderam ter dificuldade de atuação no seu trabalho; 24% dos entrevistados disseram que não há dificuldades e 3% não responderam. Dentre as dificuldades mais citadas, estão: a falta de estrutura física, de recursos

humanos e materiais, de equipamentos e de veículos; equipe reduzida de profissionais; burocracia excessiva; problemas de gestão e financiamento; fragmentação da rede de proteção social; descontinuidade, fragmentação e sobrecarga de trabalho; e desconhecimento das atribuições do assistente social por outros profissionais e gestores (MANFROI; SANTOS, 2015, p. 186).

Já no Estado do Espírito Santo, as respostas foram semelhantes. Dentre os problemas mais citados relativos às condições de trabalho estão:

A falta de recursos e de estrutura física, correspondendo a 49% das respostas. Além destes, os assistentes sociais também registraram como problemas a falta de reconhecimento, a falta de autonomia, o excesso de demanda, a contratação precária, a descontinuidade das ações, a falta de capacitação, o excesso de carga horária, o desconhecimento sobre as atribuições do assistente social, além da periculosidade, da insalubridade e da falta de segurança no trabalho, bem como questões burocráticas (MANFROI; SANTOS, 2015, p. 87).

Nos dois Estados pesquisados é possível observar que as atuações profissionais se esbarram nos limites impostos pela precarização em todos os níveis: seja pela insegurança do trabalho, por sua desvalorização, baixa remuneração salarial, burocracia excessiva, sobrecarga de trabalho e, por consequência dos problemas identificados, o adoecimento profissional.

Dos 202 profissionais pesquisados no Espírito Santo, 69% afirmaram que o trabalho afeta sua saúde referindo-se principalmente às doenças psicossomáticas (110 casos). Já em Florianópolis, de 132 profissionais, as respostas afirmativas quanto à interferência do trabalho na saúde dos assistentes sociais totalizaram 79%, sendo as que mais aparecem: cansaço físico e mental, estresse, angústia, desânimo e frustração. Todas relativas ao cotidiano desgastante de trabalho e a falta de reconhecimento profissional.

### III.II.III. Dados do Rio Grande do Norte

Em uma pesquisa realizada em Natal/RN para a produção da dissertação “A expansão do mercado de trabalho do assistente social x precarização no exercício profissional do SUAS em Natal/RN”, sob autoria de Pereira no ano de 2012, através da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi observado

por meio de entrevistas com 06 assistentes sociais, que as condições de trabalho se assemelham às dos demais Estados descritos acima.

Entre as dificuldades objetivas que mais prevalecem estão os contratos temporários, a jornada extensa de trabalho, pagamentos de salários em atrasos, espaço físico inadequado e o pluriemprego, fatores que tem contribuído para o adoecimento profissional (PEREIRA, 2012).

No que se refere à jornada de trabalho, nesta pesquisa identificou-se que 83% dos profissionais entrevistados trabalham com carga horária de 30 horas semanais, enquanto 16,7% cumprem carga horária de 40 horas semanais. Há, ainda, aqueles que ultrapassam as 40 horas à medida que “o horário para o almoço e descanso é utilizado para desempenhar atividades do trabalho [...]” (PEREIRA, 2012, p. 97).

Diante dos dados apontados, verifica-se que o Serviço Social sofre os rebatimentos das metamorfoses do mundo do trabalho. Mediante tais análises, particularizaremos a seguir dados do mercado de trabalho do assistente social situado no Estado do Rio de Janeiro. O destaque para os indicadores deste Estado ocorre em virtude do desenvolvimento de uma proposta de pesquisa por parte dos autores deste estudo, financiada pela FAPERJ (2017-2019) e pelo Programa de Fomento à Pesquisa (FOPESQ/ PROPPI/UFF – 2017 - 2018).

### **III.III. Indicadores do Estado do Rio de Janeiro**

Neste item serão abordados indicadores relativos ao mercado de trabalho e as condições de trabalho dos assistentes sociais na Cidade do Rio de Janeiro e no Sul do Estado.

A análise sobre a temática no Sul do Estado do Rio foi realizada por Souza em pesquisa desenvolvida para sua tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós graduação em Serviço Social da PUC/RJ em 2016. A autora, a partir da análise de 104 editais de concursos públicos verificou que a esfera que mais emprega os assistentes sociais naquela região é a pública estatal. Dentre as

três esferas públicas, o município oferta 72% dos empregos, seguido de 12% da esfera federal e 10% da estadual.

No que tange a área de atuação, do total que mais abriu vagas em concurso público foi a política de assistência social, através de 51 editais de concursos, seguido da política de saúde com 39 editais, além da área sócio jurídica com 11 editais de concursos e, por fim, a área de educação por meio de 3 editais.

De forma geral, estes dados apontam para municipalização do Serviço Social, sobretudo através da política de assistência social, embora, as análises de Borges (2015) tenham sinalizado para o fato de que, de forma mais ampla, os serviços de assistência social tenham reduzido sua participação de 4% para 2% do número de empregados no período 2003 – 2013 no Brasil. Esta redução, contraditória com a expansão das políticas de assistência social no período analisado, pode estar vinculada às seguintes variáveis:

o caráter das políticas de transferência de renda, que permitem uso da tecnologia da informação para reduzir a necessidade de pessoal nas atividades de registro e controle, além de não demandarem a presença contínua de profissionais junto aos usuários dos serviços; a terceirização que, juntamente com a flexibilização e a precarização das formas de contratação, acabam por invisibilizar – para a fonte de dados aqui utilizada – parte dos trabalhadores nesta atividade, classificando-os em outro setor ou transferindo-os para a esfera privada – como é o caso dos empregados das ONGs contratadas pelos governos (BORGES, 2015, p. 98).

Em relação aos vínculos de trabalho foram identificados que os que prevalecem em maior número são os vínculos estatutários. Já quanto à jornada de trabalho, identificou-se a predominância de 40 horas semanais nos editais de concurso, seguidas de 30 e 20 horas semanais, implicando novamente na Lei 12.317/2010.

Já na especificidade do município do Rio de Janeiro, Silva (2009), ao realizar pesquisa com 101 assistentes sociais para sua dissertação na área de Serviço Social, por meio do Programa de Pós Graduação da UFRJ, identificou que a carga horária que prevalece é de 20 horas semanais, seguida das 30 e 40 horas semanais. Este dado revela “a flexibilidade do profissional em assumir mais de um vínculo empregatício, muitas vezes, como exigência de um ganho

maior, a fim de atender suas necessidades objetivas, isso devido aos baixos níveis salariais” (SILVA, 2009, p. 171).

Já o mercado de trabalho dos assistentes sociais da Região Sul Fluminense (SOUZA, 2016) apresentou indicadores próximos ao do Município do Rio de Janeiro (SILVA, 2009) e aos outros Estados do País (SANTOS, MAFROI, 2015; LIMA, 2016). Nesta região, 67% dos assistentes sociais apontaram as seguintes variáveis que se relacionam ao seu trabalho: a necessidade de construir um perfil polivalente exigido pelo mercado de trabalho; o número insuficiente de profissionais nas instituições de trabalho, o que tem acarretado a sobrecarga de trabalho e; o chamado pluriemprego, para garantir melhores condições de sobrevivência.

No Município, do total de 101 assistentes sociais entrevistados, 19% afirmou possuir mais de um vínculo de trabalho, sendo que deste total, 17% exerce atividade remunerada fora do Serviço Social. Além disso, 86 assistentes sociais são empregados públicos, 09 são trabalhadores de instituições privadas e 06 estão atuando no Terceiro Setor.

As análises destes dados indicam que ainda que ocorra uma ampliação do mercado de trabalho profissional também em virtude de um processo de refilantropização e “onguinização” das políticas sociais, ainda há significativa predominância dos vínculos profissionais em serviços sociais públicos, sobretudo de natureza municipal.

No que se refere às condições de trabalho, há insatisfação profissional quanto a gestão que não assimila a legislação em que o assistente social está inserido. Além de questões vinculadas a realização de tarefas que não são de sua atribuição profissional; a falta de recursos e de condições físico-estruturais para realização do trabalho; e a sobrecarga de trabalho (SOUZA, 2016).

Neste contexto, a pesquisa também apontou para um processo de adoecimento profissional, bem como pode-se observar nos dados dos outros Estados analisados. Em relação à Região Sul Fluminense, predominou entre os entrevistados o estresse, seguido de ansiedade e enxaqueca. Também

apareceram “hipertensão, dores musculares, insônia, desânimo e depressão” (SOUZA, 2016, p. 183).

Diante disso, observa-se com a pesquisa realizada no Município do Rio de Janeiro e na região Sul Fluminense a incidência de elementos também significativos em outras regiões do País, tais como: a precarização das condições éticas e técnicas para a realização do exercício profissional, predominantemente em nível municipal, mas com semelhanças nos estados e no âmbito federal, visto ser consequência das metamorfoses do mundo do trabalho, nas quais o Serviço Social, enquanto profissão assalariada, não passa ileso no contexto brasileiro e mundial.

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo aponta que a nova fase de acumulação capitalista, denominada por acumulação “flexível”, datada predominantemente a partir dos anos 1970, resignificou não só os processos de trabalho, mas as relações sociais, imprimindo inclusive, uma nova identidade à classe trabalhadora.

Além do desemprego, a classe trabalhadora, mais heterogênea, tem se inserido em trabalhos domésticos, informais, terceirizados, flexíveis e precarizados, em que tem sido central a insegurança do trabalho. Todos estes fatores têm contribuído para sua fragmentação e para a retomada do controle social do capital.

Dessa maneira, emerge um novo perfil de trabalhador inerente às novas exigências do mundo do trabalho, em que são característicos a multifuncionalidade, polivalência, a necessidade de vestir a camisa das instituições de trabalho, serem submissos, criativos, capazes de desenvolver ações pautadas na razão instrumental e no bom senso, restritas a aspectos singulares, ao trânsito do “aqui e agora” e despojadas de crítica teórica e política.

Pertencentes a esta realidade, os assistentes sociais sofrem todos os rebatimentos inerentes às transformações decorrentes da contrarreforma do Estado e dos processos de reestruturação produtiva. Além disso, observou-se



que o processo de descentralização - municipalização das políticas sociais, não foi acompanhado dos recursos necessários para a construção e oferta dos serviços sociais (NEVES, 2016), o que implica em sua qualidade e impacta nas condições de trabalho dos profissionais, dentre eles, os assistentes sociais.

É esse o cenário que assola o mercado de trabalho dos assistentes sociais, marcado pela ambiguidade entre a ampliação dos postos de trabalho e a precarização que envolve as profissões como um todo, sobretudo aquelas que sofrem os impactos diretos dos desmontes públicos no âmbito da proteção social.

Como pudemos verificar, são elementos que se confirmam com os indicadores dos diversos Estados brasileiros (Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte), incluindo o Sul do Estado do Rio de Janeiro e seu Município. No entanto, é válido apontar que, mediante mais de 135 mil assistentes sociais brasileiros, a totalidade das pesquisas analisadas neste artigo coletaram dados de 484 profissionais, 516 editais de concursos públicos e 139 editais de processos seletivos, o que indica a pouca expressividade de tais dados quantitativos em relação ao número total de profissionais no contexto brasileiro, sugerindo assim, a necessidade de ampliação do universo de análise.

Para finalizar, ressaltamos ser notório entre as bibliografias estudadas, a predominância da esfera pública municipal como a maior empregadora de assistentes sociais, sobretudo através da Política de Assistência Social, seguida pela política de saúde na entrada do novo século. Além disso, observou-se os seguintes elementos: condições precárias e sobrecarga de trabalho; falta de reconhecimento profissional; jornadas extensas de trabalho, também associadas ao duplo ou pluriemprego; número significativo de carga horária semanal de 40 horas, ainda que em situação ilegal; além da centralidade de um trabalho burocrático. Variáveis que tem gerado frustração, desânimo e desmotivação dos assistentes sociais no cotidiano de trabalho, tornando-se sujeitos sugados da sua subjetividade e engolidos por um processo de trabalho que aliena e adocece.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L M S de. **Trabalho, sociabilidade e exclusão social: o caso dos bagulhadores do lixo de Aguazinha**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
- BORGES, A. M. C. O Mercado de trabalho nos serviços sociais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 34, 2015.
- CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.
- GUIMARÃES, G. T. D; ROCHA, M.A.M de. Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p. 23-41, jan./jun. 2008.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIMA, M. L.. **O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal: traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
- MACHADO, L R. **Economia informal e mercado de trabalho: uma análise da informalidade no comércio do centro de Campos dos Goytacazes/ RJ**. 2008. Trabalho Final de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2008.
- MORAES, C.A.S. **Catadores da sobrevivência: estudo do trabalho e das relações de trabalho entre catadores de materiais recicláveis de rua no município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ**. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.
- NEVES, V. S. de P. **Serviço Social na área da educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no Município de Juiz de Fora/MG**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PELEGRINO, I de C. Trabalho informal: a questão das mulheres das favelas de Praia Rosa e Sapucaia. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (Org). **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempo de globalização.** Rio de Janeiro. DP&A, 2006. cap. 2, p.32-49.

PEREIRA, R. M. **A expansão do mercado de trabalho do assistente social x precarização no exercício profissional no SUAS em Natal/RN: uma análise das condições e relações de trabalho.** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, A. P. **O perfil do mercado de trabalho do assistente social no Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, M. D. **Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.** 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TAVARES, M. A. da S. **O Serviço Social no contexto da reestruturação produtiva: o mercado de trabalho profissional no Município de Volta Redonda, RJ.** 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.